

Possibilidades historiográficas de um gênero esquecido: sobre os *libros de caballerías* ibéricos

Caio Rodrigues Schechner*

Resumo

Os *libros de caballerías* ibéricos constituíram um gênero literário e editorial que gozou de amplo sucesso de público entre os séculos XV e XVII. A despeito disso, retrospectivamente foi dada pouca atenção a esse corpus documental no âmbito acadêmico, fenômeno para qual a explicação se tentará conjecturar no decorrer destas páginas. Em tempos recentes, mais exatamente desde o início do século, alguns estudiosos têm buscado recuperar o gênero, por vezes discutindo suas características gerais e, por outras, as particularidades de cada título que o compõe. É alarmante, contudo, que a enorme maioria desses trabalhos se aproxime dos livros pelo viés da filologia e da crítica literária. Ciente disso, a intenção deste texto é alertar para a necessidade de os historiadores dispensarem maior atenção sobre o tema, assim como enfatizar a potencialidade de um conjunto de fontes ainda pouco explorado e que, crê-se, abriga contribuição fundamental para as reflexões sobre uma Longa Idade Média.

Palavras-chave: *Libros de caballerías*, Longa Idade Média, Historiografia.

Abstract

The iberian *libros de caballerías* constituted a literary and editorial genre that enjoyed wide public success between the 15th and 17th centuries. Despite this, little attention has been given retrospectively to this documental corpus in the academic field, a phenomenon to which the explanation I will try to conjecture throughout these pages. In recent times, more precisely since the beginning of the century, scholars have sought to recover the genre, sometimes discussing its general characteristics and sometimes the particularities of each title that constitutes the genre. It is alarming, however, that the vast majority of these works approach the books through the angle of philology and literary criticism. Aware of this, the intention of this text is to alert to the need for historians to pay more attention to the subject, thus emphasizing the potentiality of a set of sources still little explored by the historian and which, it is believed, is a fundamental contribution to the reflections on a Long Middle Ages.

Keywords: *Libros de caballerías*, Long Middle Ages, Historiography.

* Licenciado em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Atualmente, cursa Mestrado em História Social na linha "Cultura, Poder e Representações" do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGH/UNIRIO), pesquisando a representação da cavalaria em Amadís de Gaula e Dom Quixote. Tem interesse nas áreas de História Medieval, História Moderna e Literatura. E-mail: caio.schechner@gmail.com.

Os *libros de caballerías* e sua fortuna crítica

Este é um texto sobre o esquecimento. Nele, meu objetivo é inquirir acerca das razões que fizeram os historiadores, dentre outros especialistas que se debruçam sobre o passado, praticamente ignorarem um gênero de enorme popularidade na península ibérica entre os séculos XV e XVII: os *libros de caballerías*. Em seguida, gostaria de evidenciar algumas das possibilidades de pesquisa contidas nesse conjunto de fontes ainda pouquíssimo explorado. Entretanto, dado o desconhecimento do qual me queixo neste texto, primeiro será necessário apresentar ao leitor as principais características daquilo que irei abordar.

Em linhas gerais, os *libros de caballerías* constituíram um gênero editorial e literário que se dedicou a narrar as aventuras, bélicas e amorosas, de cavaleiros de feições medievais. O mais importante e paradigmático desses livros foi o *Amadís de Gaula*, fruto da correção e parcial reelaboração de um texto medieval homônimo – conhecido pelos especialistas como *Amadís primitivo* – que circulou na Europa pelo menos desde o século XIV. A primeira edição preservada dessa nova versão, assinada pelo medinense Garci Rodríguez de Montalvo, data de 1508 e foi impressa em Zaragoza, embora já se tenha certeza de que houve uma edição anterior, publicada provavelmente entre os anos de 1492 e 1497 (CACHO BLECUA, 2002, p. 88).

Delimitemos agora nosso objeto: o que torna os *libros de caballerías* únicos, distinguíveis do restante da literatura cavaleiresca em sentido amplo? Ou ainda: que elementos ajudam a demarcar o gênero, isto é, servem de parâmetro para lhe garantir unidade e coesão? A seleção de tais critérios passa necessariamente por uma escolha arbitrária do historiador, o que na prática significa incluir e excluir alguns candidatos de nossa relação final. Não obstante, utilizei-me de dois critérios que vêm sendo empregados pelos estudiosos do tema e têm trazido bons resultados. Segundo José Manuel Lucía Megías:

Los libros de caballerías son, a un tiempo, un género literario – con una serie de características, de motivos y de modelos narrativos, que se irán modificando y ampliando a lo largo del siglo XVI hasta límites insospechados –, y un género editorial – con una serie de características externas que se mantienen inalterables a lo largo de la centuria, e incluso más allá de los primeros decenios del siglo XVII. (ALVAR; LUCÍA MEGÍAS, 2016, p. 31).

Partindo, portanto, do princípio de que os *libros* não foram somente um gênero literário, mas também editorial, analiso-os agora em duas frentes: unidade narrativa e unidade material, correspondendo a características internas e externas, respectivamente.

De acordo com M^a Carmen Marín Pina (2011, p. 40), os *libros* “reúnen una série de características que sirven para cohesionar el grupo”, definindo assim uma “poética do gênero” que toma como modelo o *Amadís de Gaula*. Isso assegurou um expressivo compartilhamento de elementos narrativos entre os títulos do gênero.

A manifestação narrativa desse fenômeno pode ser entendida com apoio do conceito de “motivos”, desenvolvido a partir dos trabalhos de Antti Aarne e, mais tarde, do folclorista Stith

Thompson. Baseado na leitura do trabalho deste último, Juan Manuel Cacho Blecua define o motivo como “el elemento más pequeño con capacidad de pervivencia en la tradición” (2012, p. 12). É sob este ângulo que devem ser compreendidas as especificidades narrativas dos *libros*, que comento a seguir.¹

Em primeiro lugar, nota-se a predominância de determinada estrutura de enredo. A história se passa em um passado distante e impreciso, com poucas ou nenhuma referência do autor que deixem claro em que momento histórico ela está situada, recurso narrativo que Bakhtin (2002, p. 405) associou ao gênero épico. Quanto à localização geográfica, esta é mais clara, e costuma ter regiões ligadas à tradição artúrica, como a Grã-Bretanha e Escócia, como palco de suas ações, embora não somente. Principalmente em títulos posteriores, mas já no *Amadís*, os personagens viajam a outras partes do continente europeu, como Roma, Grécia e países nórdicos, quando não à própria América; isso sem contar com os muitos espaços imaginários.

No que se refere ao protagonista, este é invariavelmente do sexo masculino – embora as mulheres vão ganhando espaço cada vez maior dentro destas narrativas, e nem sempre em funções marcadas pela passividade, como expôs Marín Pina (2011, pp. 241-263) –, e cavaleiro andante. Sua ascendência é em geral nobre, o que lhe confere, de maneira lógica, excepcionalidade guerreira, manifestada desde sua infância. Contudo, ele em geral desconhece sua origem, e é no decorrer da narrativa que, em razão de algum símbolo, como a posse de um objeto ou uma marca no corpo, que descobrirá sua filiação.

Daí pra frente ele se envolverá em diversas aventuras, seja no campo da guerra, seja no do amor. Os motivos são diversos, mas constantes: o favor e proteção das damas e donzelas – especialmente quando direcionados à amada –, a fidelidade ao monarca a que serve, o socorro à cristandade, quando não a busca deliberada do prazer de se aventurar e conquistar honra entre seus pares.

À excepcionalidade moral do herói opõem-se os diversos inimigos, humanos ou não, pois, vezes mais vezes menos, estamos diante de um universo de caráter mágico, habitado por seres fantásticos como criaturas mágicas, feiticeiros, fadas, encantamentos, ilusões, etc., embora alguns estejam a serviço do herói, como é o caso de Urganda, a desconhecida, feiticeira que auxilia Amadís e seus companheiros. Todas essas características que mencionei estão, em intensidades variadas, presentes nos *libros de caballerías*.

No que se refere à sua forma externa, o gênero também ostentou intensa uniformidade. Lembremos que a forma material do texto não deve ser encarada como detalhe meramente complementar de uma fonte literária, uma vez que, como lembrou Roger Chartier (2007, pp. 12-13), “é inútil querer distinguir a substância essencial da obra, tida como sempre semelhante em si mesma, e as variações acidentais do texto, consideradas irrelevantes para sua significação”. De sorte que, como o autor assinalou em outra oportunidade, as características materiais de um

¹ Tomo como base alguns pontos elencados por MARÍN PINA, M^a Carmen. Los libros de caballerías, ficciones gustosas y artificiosas. In: _____. **Páginas de sueños: estudios sobre los libros de caballerías castellanos**. Institución Fernando El Católico: 2011. pp. 38-52.

texto, como o frontispício, a página de rosto, o material utilizado, a disposição e o tipo de letra empregada, entre outros, “também classificava[m] o texto e sugeria[m] uma forma de leitura” (CHARTIER, 1992, p. 229).

Talvez a particularidade mais marcante do gênero, em sua dimensão física, seja o frontispício dos volumes. Ele invariavelmente conta com a imagem de um guerreiro de feições heroicas, sempre a cavalo e vestido de sua armadura. Ademais, destaco aqui o formato em fôlio e a disposição do texto em duas colunas, além de edições sempre extensas em tamanho para os padrões da época, o que tornava esse tipo de leitura um hábito dispendioso, provavelmente reservado apenas à nobreza e as classes mais altas e, talvez, a uma pequena parte da burguesia (EISENBERG, 1973, p. 223).

Esse conjunto de elementos foi responsável por conferir aos *libros de caballerías* uma identidade visual própria. Um leitor do século XVI poderia, antes mesmo de folhear suas páginas, ter certeza do tipo de história que encontraria nelas – ou assim ele pensava. Pois, cientes disso e frente ao enorme sucesso editorial que tinham em mãos, livreiros e editores buscaram suprir essa demanda recorrendo a textos mais antigos e alheios ao gênero, apresentando-os ao mercado como títulos inéditos.

Marín Pina (2011, pp. 26-29) aponta que esse foi o caso de *El baladro del sabio Merlín* (1498), *Libro del Caballero Zifar* (1512) e *Demanda del Santo Grial* (1515). Sob o mesmo afã, traduziram-se para o castelhano títulos originários de outros países, como o catalão *Tirant lo Blanch* (1490, com tradução para o castelhano em 1511) e os dois primeiros *libros* do português *Palmeirim de Inglaterra* (1547-1548). Além disso, foram adaptados textos italianos, como os dois primeiros volumes de *Espejo de caballerías* (1525, 1527) e *Baldo* (1542). Isso, é claro, sem contar com as continuações dos títulos mais famosos, o que acabou por ser uma das maiores marcas do gênero, dando origem ao que veio a se chamar de “famílias” ou “ciclos”, fenômeno que só poderia ser possível em uma época onde a lógica do direito autoral ainda não vigorava. Para mencionar apenas um exemplo, frente ao sucesso de *Amadís*, foram publicadas diversas sequências, como *Lisuarte de Grecia* (1514), *Amadís de Grecia* (1530) e os diversos volumes de *Florisel de Niquea* (1532, 1535, 1551) (ibid. p. 26). A soma de todos esses fatores, ainda aliados ao grande número de traduções e adaptações que percorreram a Europa, conduzem-nos ao fato evidente de que os *libros de caballerías* foram um estrondoso sucesso de público em sua época.

Levando esses critérios internos e externos em conta, José Manuel Lucía Megías (2005, pp. 215-217) elaborou uma relação de todos os livros do gênero, incluso aqueles que jamais chegaram à imprensa e foram distribuídos em formato manuscrito², chegando à impressionante cifra de mais de oitenta títulos publicados entre os séculos XV e XVII.

² Embora excluindo os livros de “formato breve”, por serem adaptações voltadas para um público consumidor de faixa aquisitiva mais baixa. Isso faz com que não se enquadrem no critério da larga extensão, além de implicar alterações significativas em sua estrutura narrativa.

O esquecimento de um gênero de muitas possibilidades

Como tão relevante gênero pode ter permanecido quase ignorado por tanto tempo? Por que razões não lhe foi dada atenção à altura de sua relevância, para não dizer literária, certamente histórica? Para responder a essas perguntas, precisaremos voltar um pouco atrás e fazer uma breve visita à história crítica dos *libros de caballerías*.

Segundo Antonio Castillo Gómez (2014, p. 44), a proliferação de material escrito, em decorrência do desenvolvimento da imprensa, era fonte de grande inquietação entre os literatos do século XVI. Pautados pelos critérios da utilidade e virtuosidade, e, portanto, vividamente avessos ao ficcional, preocupavam-se então com a adequação, aos leitores, daquilo que era publicado. De acordo com esses intelectuais, dentre o cânone literário prescrito estavam “a teologia, a lógica, o direito, as crônicas, a história, os livros didáticos e os livros de oração” (ibid., p. 34).

Sob ambos os critérios, que não raro se misturavam em uma coisa só, o gênero cavaleiresco era visto como pernicioso. Os bons livros deveriam oferecer exemplos que guiassem as ações dos sujeitos leitores e, para tal, necessitavam ser verossímeis³. Para Pedro Mexía, autor de *Historia Imperial y Cesárea* (1545), os livros de cavalarias “dão malíssimos exemplos e perigosíssimos para os costumes” (ibid., p. 27), enquanto Juan de Zabaleta, mais de um século depois, escreveu, em 1660, que os livros de entretenimento eram “tão inúteis, tão lascivos como o mar” (ibid., p. 29).

Esse tipo de leitura não era criticado só pela sua inutilidade, como também pela sua periculosidade, em especial quando feita por mulheres. Marín Pina (2011, p. 356) mostrou como a leitura estava entre as atividades sugeridas, pelos autores moralistas, às mulheres abastadas do século XVI. É este um dos temas de *Instrucción de la mujer cristiana*, de Juan Luis Vives, publicado em 1528, manual que pretendia ditar a conduta da fiel do sexo feminino. Mas não era qualquer leitura que podia e deveria ser feita. Quaisquer possíveis influências sobre a moralidade e castidade da mulher eram veementemente vetadas. Sobre os *libros de caballerías*, é dito o seguinte:

Hágote saber que no es muy católico el pensamiento de la muger que se ceva en pensar en las armas y fuerças de braços del varón. ¿Oy qué lugar seguro puede tener entre las armas la flaca y desarmada castedad? (idem).

O século XVIII traz uma novidade paradoxal. O processo de canonização de *Dom Quixote*, bem explorado por Lucía Megías (2002), conduzido pela crítica literária de então, tinha

³ O que é curioso, uma vez que se constata uma dimensão didática relativamente forte – ao menos nos primeiros títulos do gênero – como de certo é o caso de *Amadís*. Ver, por exemplo, CACHO BLECUA, Juan Manuel. Los cuatro libros de Amadís de Gaula y Las Sergas de Esplandián: los textos de Garci Rodríguez de Montalvo. **Edad de oro**, v. 21, 2002. pp. 87-90.

como objetivo torná-la uma obra excepcional e, por conseguinte, única e autônoma. Isso significava desatá-la dos laços literários que a formaram, compreendendo-a não como seu complemento e ápice, mas sua absoluta oposição e superação. Miguel de Cervantes, que parte do paradigma cavaleiresco inaugurado por *Amadís*, reproduzido largamente durante o século XVI e mesmo XVII, é então pintado como algoz impiedoso da cavalaria andante. Estudos recentes, particularmente os de Lucía Megías, vêm mostrando o equívoco de tais interpretações que enxergam no *Quixote* uma ruptura sem precedentes, preferindo apontar suas profundas conexões com o gênero literário do qual nasce e, para este último e outros, faz parte.

Com raras exceções, o quadro permanece o mesmo durante o século XIX. Nessa época, graças à reabilitação da Idade Média no contexto do Romantismo, temas relacionados ao medievo voltam a interessar alguns acadêmicos, destacando-se aqui o inaugural trabalho de Pascual de Gayangos, *Libros de caballerías: con un discurso preliminar y un catálogo razonado* (1857) (CACHO BLECUA, 2007)⁴. O impacto do Romantismo foi duplo. Apesar de ter originado as referidas condições favoráveis para seu estudo, os *libros de caballerías* ibéricos não foram, ali, amplamente reconhecidos pela crítica. Agustín Durán, por exemplo, opôs a autenticidade de el Cid, herói espanhol por excelência, aos ficcionais e estrangeiros protagonistas dos *libros de caballerías*, como Amadís e seus descendentes (idem).

Assim, o forte nacionalismo que permeava a Espanha durante os séculos XIX e XX, por um lado, incentivou a busca daquilo que era “espanhol” no passado – é sob essa ótica que se deve compreender as querelas acerca da “paternidade” de obras-chave do gênero, portuguesa ou espanhola, como o *Amadís* (cf. CACHO BLECUA, 2017, pp. 57-72) e o *Palmeirim de Inglaterra* (cf. DÍAZ-TOLEDO, 2012, pp. 141-143) –, o que implicava certa recuperação desses textos; por outro, ao julgar, por vezes, não encontrá-lo, acabou por agir, ainda que parcialmente, no sentido de manter a condição periférica de nosso gênero dentro do campo especializado.

Foi somente no último quarto do século XX que a situação começa a se alterar significativa e definitivamente no cenário espanhol. Em 1979, Juan Manuel Cacho Blecua tem publicado seu *Amadís: heroísmo mítico cortesano*, trabalho pioneiro que até hoje ocupa lugar fundamental dentro dessa área de estudos. Quanto ao caso português, Aurelio Vargas Díaz-Toledo, em ampla revisão do estado da questão do gênero nesse país, reconhece algumas aproximações preliminares, como a *História do Romance Português* (1967), de João Gaspar Simões, “que incluía um capítulo exclusivamente dedicado à matéria cavaleiresca”, e *A novelística Portuguesa do século XVI* (1978), de Ettore Finazzi-Agrò, “cuja metade do livro foi dedicada pro completo à análise da narrativa de cavalaria” (DÍAZ-TOLEDO, 2012, p. 145). Entretanto, entende que é apenas com o *Castilian Romances of Chivalry in the Sixteenth Century* (1979), de Daniel Eisenberg, que se atenta para a necessidade de dedicar estudos específicos aos livros de cavalarias portuguesas, projeto cuja realização começa a tomar forma com as teses

⁴ Livro consultado no formato Kindle, portanto sem paginação.

de doutoramento de M^a Carmen Marín Pina (1988) e de Margarida Santos Alpalhão (2008) (ibid. p. 146).

Justamente, esse processo de resgate tem seu ápice na virada do milênio, quando, de acordo com Lucía Megías (2005, p. 204), o gênero vem, para além de seus textos mais conhecidos, sendo investigado “sob luz própria”. Cacho Blecua (2007) expõe a mesma opinião, afirmando que a ampliação desse campo de estudos foi “generalizada, progressiva e extraordinária em algunos casos”, e por essa razão é significativo e alarmante que o autor não cite o Brasil dentre os locais onde isso ocorreu de maneira mais intensa, principalmente se considerarmos a menção de países vizinhos, como Argentina e Colômbia. Apenas para mencionar os poucos desvios, destaco o ainda obscuro *Da Litteratura dos livros de cavallarias* (1872), do próprio Francisco Adolfo de Varnhagen, o vanguardista Massaud Moisés, além dos recentes esforços que deram origem ao primeiro congresso internacional sobre matéria cavaleiresca no Brasil, cuja compilação das principais contribuições foi publicada sob o título de *E Fizerom Taes Maravilhas...histórias de cavaleiros e cavalarias* (2012). As exceções confirmam a regra: a atenção adequada aos *libros de caballerías* entre nós é ainda um sonho distante.

Para além de nosso drama regional, ainda há muito o que avançar de maneira geral. Como mostrou Carlos Alvar (2007), de 2000 a 2004 o total de trabalhos dedicados ao estudo do *Amadís* correspondeu a 20% da produção, frente ao pouco mais de 1% que representa dentro do *corpus* em questão. Alguns outros casos, como *Tirant* e *Palmeirim de Inglaterra*, também receberam alguma atenção, inclusive tendo recentemente sido publicados com tradução para o português brasileiro pela editora Ateliê Editorial (em 2004 e 2016, respectivamente). De fato, como expõe Díaz-Toledo (2012, p. 141) acerca de Portugal, é no *Palmeirim*, em isolado primeiro lugar, e em menor medida na *Crónica do Imperador Clarimundo* (1522), de João de Barros, e no *Memorial das Proezas da Segunda Távola Redonda* (1567), de Jorge Ferreira de Vasconcelos, que se detém a maior parte da atenção dos especialistas. Se é verdade que desde os anos 2000 muito se ampliaram os estudos sobre os *libros de caballerías*, os títulos menores ainda representam um território pouquíssimo desbravado.

Para os propósitos deste trabalho, é essencial notar que, em sua larga maioria, os trabalhos sobre o tema são predominantemente escritos sob o viés da história e crítica literárias. Bastaria conferir os nomes que citei até aqui: Juan Manuel Cacho Blecua, José Manuel Lucía Megías, M^a Carmen Marín Pina, Aurelio Vargas Díaz-Toledo, Carlos Alvar, apenas para mencionar alguns exemplos. Ao passo que os historiadores, até então, e mais intensamente no Brasil, parecem ter ficado à deriva desse processo. Na bibliografia especializada em Cavalaria medieval, onde é comum figurar uma seção dedicada a suas representações, há um incômodo silêncio sobre o tema.

Esse é o caso, por exemplo, de Michel Zink. Para ele, “O romance de cavalaria quase só sobreviverá na sublitteratura dos *Volksbücher* alemães e dos livros franceses de cordel” (ZINK, 2002, p. 86). Por sua vez, nas sínteses sobre a Cavalaria medieval de Dominique Barthélemy (2010) e Jean Flori (2005), não há sequer uma única menção sobre o tema. De maneira que, em

um primeiro momento, dada a forte influência da historiografia francesa entre nós, poderíamos creditar nossa ignorância acerca dos *libros de caballerías*, à sua própria.

Essa hipótese é apenas parcialmente satisfatória. Ela certamente tem a sua contribuição, mas o problema é maior do que parece à primeira vista. Na verdade, o fundamental é lembrar que nosso gênero, a rigor, não compartilha do recorte temporal em que tradicionalmente se localiza a Idade Média: 476, queda do império romano do ocidente, a 1453, queda do império romano do oriente, ou para alguns 1492, descoberta da América, conquista de Granada e o fim da Guerra dos Cem Anos. Seja qual for o marco escolhido, nenhum abarcaria nem ao menos a publicação de *Amadís*, em 1508 – a não ser que se considerasse suas edições perdidas, capricho frívolo para meus propósitos.

Seriam os *libros de caballerías*, então, um fenômeno literário e cultural da modernidade, e não medieval? De fato, a Cavalaria, como prática militar hegemônica, atuou significativamente até, na melhor das hipóteses, o século XV, (FLORI, 2002), o que nos indica o descolamento de tal literatura do plano do real. Seria então possível explicá-los a partir da lente da modernidade, a despeito de trazerem em si uma representação da Cavalaria que sem dúvida ecoa das canções de gesta aos romances de Chrétien de Troyes? Mais do que isso: deveríamos considerá-los como resquícios anacrônicos de uma época extinta, fetiches de uma classe social apegada ao passado glorioso que lhe havia abandonado?

É esse caminho que tomaram alguns autores. Lukács, por exemplo, defende que a literatura cavaleiresca teve o mesmo destino de toda épica que “quis manter e perpetuar uma forma puramente a partir do formal, depois de as condições transcendentais de sua existência já estarem condenadas pela dialética histórico-filosófica” (2009, p. 103-104).

O brasileiro Segismundo Spina, por sua vez, opta por um argumento semelhante. Embora se destaque por pelo menos reconhecer a existência do gênero, o autor orienta sua reflexão a partir do seguinte questionamento:

Como explicar a permanência das novelas de cavalaria no século XV, a contrastar com a decadência progressiva da aristocracia, na época, e com o declínio da instituição cavaleiresca? Aliás, a situação paradoxal da matéria cavaleiresca no século XV continua nos dois séculos seguintes: o *Quixote* (1605), afora o seu alto significado humano, opõe-se ao gosto reinante por esse tipo de literatura. Se a novela de cavalaria encontra receptividade num público leitor, já não corresponde à realidade social que motivou a sua aparição. (SPINA, 2007, p. 33).

Algumas observações devem ser feitas sobre esse ponto de vista. Em primeiro lugar, ainda que fosse verdade não ser conferível uma correspondência entre representado e representação, isto é, por mais que a Cavalaria medieval de fato não existisse em sua forma concreta à época dos *libros*, seria correto concluir que por tal motivo essa literatura perderia seu valor histórico? É evidente que não. Muito pelo contrário: seria ainda mais interessante investigar as razões pelas quais essa literatura de didatismo e entretenimento perdurou mesmo após suas “bases materiais” de existência terem perecido. Por que os homens e mulheres do século XVI se

interessariam pelo tema da Cavalaria? De que maneira as histórias de cavaleiros andantes, permeadas pelos valores da fidelidade, da cortesia, da habilidade guerreira, do amor cortês se comunicariam com esses leitores, esses sujeitos históricos? São interrogações como essas, no referido panorama, que poderiam guiar o historiador interessado nos *libros de caballerías*.

Entretanto, pesquisas vêm apontando algumas falhas dessa perspectiva. No plano estritamente político-militar, estudiosos correlacionaram o ressurgimento de um imaginário cavaleiresco em “tempos modernos”, com necessidades concretas das monarquias europeias. Fernanda Olival, estudando o Portugal do século XVI, mostrou como a urgência de recrutar soldados para manter as conquistas africanas da Coroa lusa foi condição para a “recriação/renovação do quadro de valores da cavalaria medieval” (OLIVAL, 2012, p. 195). Dentre esses valores, estavam exatamente aqueles que não apenas figuram, mas verdadeiramente balizam as narrativas cavaleirescas – vassalagem, lealdade, honra –, como por exemplo o português *Palmeirim de Inglaterra* (1547-1548). Pedro Cátedra, por sua vez, perceberá o mesmo fenômeno no século XVI, em terras espanholas. Segundo o autor, por motivos de defesa interna, ao detectar a insuficiência militar dos *caballeros cuantiosos*⁵, Felipe II vê-se obrigado a recorrer aos serviços da nobreza, significando, “entre otras cosas, una reactivación en pleno siglo XVI de la caballería medieval” e, em sua decorrência, “de la fábula caballescica” (CÁTEDRA, 2007, p. 100).

Já no que diz especificamente respeito à questão dos livros de cavalarias, é quase unânime, entre os especialistas do tema, apontar a função propagandística que estes assumiram em seu tempo. Eles surgem e se desenvolvem, não podemos esquecer, em um particular momento no *continuum* histórico, o que os enquadra em um determinado cenário, isto é, político, econômico, social, cultural, etc. No caso de *Amadís* e outros títulos iniciais, isso aconteceu durante o reinado de Isabel e Fernando II, os chamados Reis católicos (1474-1516).

Conforme aponta Marín Pina, esse foi um importante momento de expansão territorial, por meios militares, da Coroa castelhana. Dentre os conflitos desse período, destacam-se a anexação de Granada – concluindo o processo de Reconquista – as guerras do norte da África e também a própria conquista da América. Todo esse movimento era animado pela existência de uma “ídea mesiánica de un Castilla imperial” (MARÍN PINA, p. 103), cujo objetivo último era a reconquista de Jerusalém e o estabelecimento de uma monarquia católica universal (ibid., 115). De maneira que, como bem percebeu a autora, o surgimento da literatura cavaleiresca, sob estas condições, não é nenhum espanto (ibid., p. 116). À guisa de conclusão, afirma que “El resurgimiento y el auge de estos libros a las puertas del Renacimiento está estrechamente unido al momento histórico, a los años más gloriosos del reinado de los Reyes Católicos” (ibid. p. 125).

É nessa linha que diversos autores chegaram ao consenso de que, nesse contexto, os *libros de caballerías* exercem “una finalidad claramente ideológica y propagandística” (ALVAR;

⁵ Trata-se de Cavaleiros “que tenían obligación de sustentar caballo y armas si alcanzaban un tope de hacienda determinado por la ley”. CÁTEDRA, Pedro. **El sueño caballescico: de la caballería de papel al sueño real de Don Quijote**. Madrid: Abada Editores, 2007. p. 97.

LUCÍA MEGÍAS, 2004, p. 10), ao cultivar valores éticos pertinentes aos interesses da Coroa: valorização da coragem e do heroísmo, fidelidade ao monarca e, mais tarde, em *Las Sergas de Esplandián* (1508-1510), *Florisando* (1510) e, em menor escala, *Lisuarte de Grecia* (1514), o espírito de cruzada. Complementarmente, esses livros também ostentavam uma série de elementos estéticos que reforçavam o imaginário cavaleiresco: torneios, duelos, ordálios, cercos, batalhas em campo aberto, etc. (MARÍN PINA, p. 125). Como se vê, os *libros* devem ser compreendidos em relação a seu próprio tempo, e não como distorções históricas, muito embora a Cavalaria clássica, tal como existiu na Idade Média, já houvesse cessado de existir nesta época.

No mesmo sentido, Martin de Riquer escreveu uma série de artigos, reunidos sob o título de *Caballeros andantes españoles* (2008), que se dedicam a investigar a influência da literatura cavaleiresca no comportamento dos homens de carne e osso. Analisando crônicas e relatos semi-ficcionais, ele constata a existência de diversas práticas cavaleirescas na Espanha moderna, como os votos cavaleirescos – sob a forma da *empresa del brazalete* –, “*pasos de armas*”, desafios cortesês e jornadas de cavaleiros andantes. Ao fazê-lo, convincentemente demonstra a impressionante osmose entre a cavalaria no papel e no vivido.

Apenas para mencionar mais alguns exemplos de tal dinâmica, Irving Leonard, em seu *Los libros del conquistador* (2006), Luís Weckmann – *La herencia medieval de México* (1996), o próprio Sérgio Buarque de Holanda – *Visão do Paraíso* (2000), – e mais recentemente Jérôme Baschet – *A civilização feudal...* (2006) –, apontaram de que forma essa literatura fantástica, inclusos os *libros de caballerías*, foram determinantes na construção do imaginário dos conquistadores da América.

Ao historiador brasileiro, pode interessar a relação entre o gênero cavaleiresco e o processo de ocupação da América Portuguesa, dada a larga circulação e produção de seus títulos na metrópole. Para tal, seria importante ter como horizonte a tese da presença de elementos medievais em América, desenvolvida por Baschet (op. cit.) e recentemente rejeitada por Bastos (2019) para o caso brasileiro, mas desta vez sob o ângulo da cultura e do imaginário, em lugar do das estruturas institucionais e agrárias, conforme fez Luis Weckmann na primeira metade de seu livro (1996)⁶. Empresa desafiadora, uma vez que, como apontou Peter Burke, “In the case of Brazil, there appear to be no sixteenth-century references to romances of chivalry” (2014, p. 6). Lacuna importante de ser preenchida, por outro lado, já que tal presença, no nordeste brasileiro do avançado século XIX, é amplamente documentada e comentada por Jerusa Ferreira, em seu *Cavalaria de Cordel* (1993).

No decorrer deste texto, debati argumentos que foram usados para explicar o esquecimento dos *libros de caballerías* até recentemente. O fato de terem sido desprezados e até perseguidos por parte da intelectualidade espanhola de sua época, e mais tarde lidos à luz

⁶ Sem jamais esquecer, entretanto, de que as reflexões de Baschet e sobretudo as de Weckmann foram pensadas a partir do caso da América Espanhola, quando não especificamente do México.

de uma questionável interpretação de *Dom Quixote*, que sugeria seu anacronismo e superficialidade, certamente foram letais à sua fortuna crítica.

Ademais, foram pouco favorecidos pela insistência em classificá-los como anomalias históricas, anacronismos persistentes de uma classe social virtualmente nula, como mostrei ser comum entre alguns autores. Embora neste caso estivesse falando do *Quixote*, tal percepção é bem ilustrada pelo pensamento de Jean Flori, para quem este último representa a “época em que a expansão dos cavaleiros da indústria e dos conquistadores do comércio relegavam às sombras os cavaleiros arruinados de uma Idade Média finda” (2002, p. 186).

É considerando essa perspectiva, e rejeitando-a, que eu gostaria de contribuir com a reflexão acerca do esquecimento dos *libros de caballerías* enquanto fenômeno histórico. Creio que ela explicará especialmente a conduta dos historiadores no que diz respeito a essa questão, embora se aplique a quaisquer campos de pesquisa que se debruçaram – ou o deixaram de fazer – sobre esse tema. Para tal, recorro à proposição de Jacques Le Goff relativa à existência de uma Longa Idade Média.

O renomado medievalista francês chamou atenção, em mais de uma oportunidade, para o caráter arbitrário da periodização histórica (LE GOFF, 2005; LE GOFF, 2013). Para ele, as datas utilizadas para determinar os começo e fim de quaisquer períodos históricos – ainda que seu trabalho se atente mais especificamente para o caso da Idade Média – são escolhas do historiador, cuja função seria facilitar a investigação do passado.

Isso significaria, portanto, que elas não são capazes de apreender toda a complexidade dos processos humanos, múltiplos por natureza. O principal alvo de Le Goff é a passagem da Idade Média para a Idade Moderna, localizada pela historiografia tradicional no ano de 1453 ou, mais raramente, 1492. Entretanto, de acordo com o autor, “os diferentes domínios da atividade humana não se periodizam da mesma maneira” (LE GOFF, 2005, p. 83). Se é verdade que esses marcos trouxeram novidades em diversos setores da sociedade europeia, isso certamente não quer dizer que isto aconteceu subitamente e, tampouco, que ocorreu independentemente da classe observada e em todos os aspectos da vida social. Ou, nas próprias palavras do autor, “as mudanças não se dão jamais de golpe, simultaneamente em todos os setores e em todos os lugares” (ibid. p. 66). É notável a adequação dessa observação para o caso espanhol, onde, insistiram alguns especialistas, a herança medieval se deu de maneira mais intensa e longa (WECKMANN, p. 27). Baseado nessa reflexão, entendo que é tarefa indispensável do historiador saber questionar os recortes temporais enrijecidos pela convenção e, assim, saber delimitar a periodização que melhor serve aos propósitos de sua pesquisa.

Talvez seja precisamente por isso que os *libros de caballerías* tenham sido tão mal assimilados pelos historiadores, e por que não, mas em menor medida, pelos críticos literários. É que eles se encontram exatamente em um momento histórico cuja periodização é delicada; sem falar de sua própria natureza ambígua. De um lado, eles escaparam das vistas dos medievalistas por não fazerem parte de seu recorte tradicional, isto é, por majoritariamente se localizarem nos séculos XVI e parcialmente no XVII. Por outro, enquanto representações da

Cavalaria de origem artúrica, ainda conservaram muitos de seus elementos medievais, repelindo por isso os historiadores dedicados à Idade Moderna, quando entendida como oposição e superação do medievo. A compartimentação do estudo do passado em áreas acadêmicas rígidas, ancorada na periodização tradicional da história, pode por esse motivo ter sido agente preponderante do esquecimento historiográfico de que nos ocupamos.

Daí que me parece urgente reavaliar a proposta de análise dos *libros* sugerida por Marín Pina, para quem:

Sin olvidar nunca sus orígenes medievales, los libros de caballerías se contextualizan y se explican necesariamente como creación de su propio tiempo y, por tanto, en relación o en diálogo con la rica literatura renacentista, paso necesario para reintegrarlos en el sistema literario del que tradicionalmente se han excluido. (MARÍN PINA, 2011, p. 12)

Se de certo modo sua proposta é positiva pois escapa da armadilha que critiquei mais acima, ou seja, mostra ser capaz de superar a visão dos *libros* como anomalia histórica, ainda assim não podemos perder de vista que ela abarca somente uma possibilidade, explora apenas uma das facetas possíveis dessa realidade. Ao decidir “integrá-los” ao “sistema literário” renascentista, Marín Pina faz uma deliberada escolha historiográfica que necessariamente implica, a despeito de sua ressalva sobre as “origens medievais”, uma perda – como ocorre independentemente da escolha que se faça.

Diante da mencionada contribuição de Jacques Le Goff, alguns caminhos se abrem para o estudo dos *libros de caballerías*. Oportunamente, encontramos exatamente no período que motivou as reflexões do autor, a passagem da Idade Média para a dita Idade Moderna. Como tentei mostrar no decorrer deste texto, nosso gênero literário traz em si elementos relacionados tanto a um período quanto a outro. Um recorte, portanto, especialmente favorável ao estudo da “dupla continuidade/virada” (LE GOFF, 2005, p. 54).

De maneira que, sob certo ângulo, podemos nos orientar pela seguinte pergunta: o que há de medieval nos *libros de caballerías*? E, de outro, poder-nos-íamos perguntar: de que forma eles estão intimamente relacionados com o contexto político e social de seu tempo? E, final e principalmente, que não se deixe de questionar o seguinte: a atualização dos valores éticos e estéticos da Cavalaria, assim como a representação que se faz desta, pela qual este gênero é responsável, trazem em si alterações suficientemente expressivas para que as consideremos como uma ruptura com a Idade Média, ou seja, como fenômenos históricos propriamente “modernos”?

As mesmas perguntas poderiam ser direcionadas para aquela obra que pode ser considerada ápice e virada desse processo, o *Dom Quixote*, de Miguel de Cervantes. Tal proposta seria capaz de contestar a leitura hegemônica da obra, que em última instância insiste em enxergá-la como inimigo mortal de *Amadís* e seus descendentes, sua ridicularização e negação completa. É o que me propus a fazer em minha dissertação de mestrado, intitulada “As duas faces de *Dom Quixote*: uma análise comparativa da representação da Cavalaria nas obras

de Montalvo e Cervantes (Séculos XVI-XVII)“, onde argumento que o texto cervantino abriga, simultaneamente, dois discursos acerca da Cavalaria, um positivo e outro negativo. Ao se alternarem sucessivamente no decorrer da narrativa, origina-se o sentido ambivalente que julgo ser a característica mais primordial do *Quixote*.

Os *libros de caballerías*, enquanto gênero literário e editorial de grande circulação, com os seus mais de oitenta títulos originais oferecem um farto e pouquíssimo explorado *corpus* documental para o historiador. Como mostrei, há diversas abordagens possíveis. Dentre as mais interessantes, destaquei a abordagem que privilegia as simultâneas continuidades e descontinuidades que permeiam o gênero cavaleiresco e sua respectiva representação da Cavalaria, superando assim o que entendi ser uma das razões para seu esquecimento. Seja por este ângulo, seja por outros possíveis, o que se faz indispensável é a investigação sistemática desse conjunto de fontes que, injusta e injustificadamente, permaneceu esquecido entre os historiadores por tanto tempo.

Referências Bibliográficas

ALVAR, Carlos. LUCÍA MEGÍAS, José Manuel. **Libros de caballerías castellanos: una antología**. Barcelona: Penguin Random House Grupo Editorial, 2016.

BAKHTIN, Mikhail. Epos e Romance (Sobre a metodologia do estudo do romance). In: **Questões de literatura e de estética: a teoria do romance**. São Paulo: Hucitec, 2002.

BARTHÉLEMY, Dominique. **A Cavalaria: da Germânia antiga à França do séc. XII**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

BASCHET, Jérôme. **A civilização feudal: do ano 1000 à colonização da América**. São Paulo: Globo, 2006.

BASTOS, Mário Jorge da Motta. Teu passado te condena? Herança feudal portuguesa, colonização e questão agrária no Brasil. **Roda da Fortuna**, 2019, v. 8, nº 1, pp. 373-390. Disponível em: <https://bit.ly/2AX9xRb> Acesso em 07 de out. de 2019.

CACHO BLECUA, Juan Manuel. Introducción. In: MONTALVO, Garci Rodríguez de. **Amadís de Gaula I**. Texto e notas de Juan Manuel Cacho Blecua. Madrid: Ediciones Cátedra, 2017.

CACHO BLECUA, Juan Manuel. **Amadís: Heroísmo Mítico Cortesano**. Madrid: Cupsa Editorial, 1979. Disponível em: <https://bit.ly/35fVd4p> Acesso em 07 de out. de 2019.

CACHO BLECUA, Juan Manuel. El motivo en la literatura caballeresca. Presentación. **Revista de poética medieval**. 2012, nº 26, pp. 11-30. Disponível em: <https://bit.ly/2p0bYQn> Acesso em 07 de out. de 2019.

CÁTEDRA, Pedro. **El sueño caballeresco: de la caballería de papel al sueño real de Don Quijote**. Madrid: Abada Editores, 2007.

CHARTIER, Roger. **Inscrever e apagar: cultura escrita e literatura, séculos XI-XVIII**. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

CHARTIER, Roger. Textos, impressão, leituras. In: HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

DÍAZ-TOLEDO, Aurelio Vargas. A literatura cavaleiresca portuguesa: estado da questão. In: MONGELLI, Lênia Márcia (org.). **E Fizerom Taes Maravilhas...histórias de cavaleiros e cavalarias**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2012.

EISENBERG, Daniel. Who read the romances of chivalry? **Kentucky Romance Quarterly**, nº. 20, 1973. pp. 209-233. Disponível em: <https://bit.ly/2oYdUca> Acesso em 07 de out. de 2019.

FERREIRA, Jerusa Pires. **Cavalaria em cordel: o passo das águas mortas**. São Paulo: Hucitec, 1993.

FLORI, Jean. **A Cavalaria: A origem dos nobres guerreiros da Idade Média**. São Paulo: Madras, 2005.

FLORI, Jean. Cavalaria. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. (org.) **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. São Paulo: EDUSC, 2002. (v. 1).

GÓMEZ, Antonio Castillo. **Livros e leituras na Espanha do Século de Ouro**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2014.

LE GOFF, Jacques. **Em busca da Idade Média**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

LE GOFF, Jacques. **Uma Longa Idade Média**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

LUCÍA MEGÍAS, José Manuel. Libros de caballerías castellanos: un género recuperado. **Letras: revista de la Facultad de Filosofía y Letras de la Pontificia Universidad Católica Argentina Santa María de los Buenos Aires**, nº. Extra 50-51, 2004-2005. pp. 203-234. Disponível em: <https://bit.ly/2MqrYmZ> Acesso em 07 de out. de 2019.

LUCÍA MEGÍAS, José Manuel. Los libros de caballerías a la luz de los primeros comentarios del *Quijote*: De los Ríos, Bowle, Pellicer y Clemencín. **Edad de Oro**, v. 21, 2002. pp. 499-539. Disponível em: <https://bit.ly/2LTWQgy> Acesso em 07 de out. de 2019.

MARÍN PINA, M^a Carmen. **Páginas de sueños: estudios sobre los libros de caballerías castellanos**. Institución Fernando El Catolico: 2011.

MARTORELL, Joanot. **Tirant Lo Blanc**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.

MORAES, Francisco de. **Palmeirim de Inglaterra**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2016.

OLIVAL, Fernanda. Honra, cavalarias e ordens (Portugal, séculos XVI-XVII): dos romances de cavalarias às práticas e das práticas aos textos. In: MONGELLI, Lênia Márcia (org.). **E Fizerom Taes Maravilhas...histórias de cavaleiros e cavalarias**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2012.

SPINA, Segismundo. **Cultura literária medieval**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.

WECKMANN, Luis. **La herencia medieval de México**. México, D.F: Fondo de Cultura Económica, 1996.

ZINK, Michel. Literatura. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. (org.) **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. São Paulo: EDUSC, 2002. (v. 2).

Artigo recebido em 07/10/2019 e
aprovado para publicação em 18/05/2020